

JOSEPH STIGLITZ

LIBRETO

SÃO PAULO

FRONTEIRAS
DO PENSAMENTO

▶ **COMO VIVER
JUNTOS**

TEMPORADA
2015

Expediente

Fronteiras do Pensamento®
Temporada 2015

Curadoria
Fernando Schüler

Concepção e Coordenação Editorial
Luciana Thomé
Michele Mastalir

Pesquisa
Francisco Azeredo
Juliana Szabluk

Tradução Artigos
Cássia Zanon

Editoração e Design
Lume Ideias

Revisão Ortográfica
Renato Deitos

www.frenteiras.com



▶ JOSEPH STIGLITZ

(Estados Unidos, 1943)

Prêmio Nobel de Economia. Economista norte-americano, um dos criadores da teoria dos mercados com informações assimétricas.

“É a política que está modelando os mercados, e o nível de desigualdade está moldando a política. Há um ciclo vicioso: na medida em que temos mais desigualdade econômica, temos um sistema político que gera leis que criam ainda mais desigualdade.”

► VIDA E OBRA

Nascido no estado de Indiana, o norte-americano Joseph Stiglitz foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 2001. Juntamente com A. Michael Spence e George A. Akerlof, foi um dos criadores da teoria dos mercados com informações assimétricas, na qual dois ou mais dos agentes econômicos envolvidos em transações possam deter informações qualitativa ou quantitativamente superiores em relação a outros, gerando falhas de mercado. Graduado pela Faculdade Amherst e doutor pelo MIT, lecionou em renomadas universidades, dentre elas Yale, Harvard e Stanford, e foi eleito uma das pessoas mais influentes do mundo pela revista *Time* em 2011.

Presidiu o Conselho de Assesores Econômicos no governo do presidente Bill Clinton e foi vice-presidente sênior para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial. Saiu deste cargo em 2000, depois de criticar publicamente as políticas adotadas pelo banco e pelo Fundo Monetário Internacional. É membro da Comissão Socialista Internacional de Questões Financeiras Globais.

Seus estudos se concentram em finanças públicas, crescimento, distribuição de renda e teorias sobre mer-

cados e eficiências das economias capitalistas. É defensor da nacionalização dos bancos norte-americanos e sinaliza para os riscos da globalização econômica. Com Bruce Greenwald, criou a Economia da Informação, campo interdisciplinar entre economia, ciência da informação e comunicação que trata a informação como bem de produção necessário às atividades do sistema capitalista pós-industrial. A Economia da Informação assumiu uma grande importância após a publicação dos trabalhos semanais de Greenwald e Stiglitz, que a tornaram uma subdisciplina da economia.

Stiglitz é pioneiro nos conceitos de risco moral, que se refere à possibilidade de que um agente econômico mude seu comportamento de acordo com os diferentes contextos nos quais ocorre uma transação econômica; e de seleção adversa, fenômeno de informação no qual os compradores “selecionam” de maneira incorreta determinados bens e serviços no mercado. Os dois conceitos são utilizados por teóricos e analistas políticos de todo o mundo.

Atualmente, é professor de economia, administração de empresas e negócios internacionais na Universidade de Columbia em Nova York. Também é um dos coordenadores do Committee on Global Thought, copresidente

do Initiative for Policy Dialogue, projeto que ajudou a fundar, e presidente da International Economic Association. Em seu mais recente livro publicado no Brasil, *O preço da desigualdade*, defende que a desigualdade crescente não é algo inevitável e que são os interesses financeiros que, no processo de criação da riqueza, sufocam o verdadeiro e dinâmico capitalismo.

Joseph Stiglitz, com seu trabalho, ajudou a explicar contextos em que os mercados não funcionam e como a intervenção seletiva do governo pode ajudar a aprimorar suas performances. Crítico severo e contundente dos “fundamentalistas de livre mercado”, questiona o que chama de “bases ideológicas” que regem a maior parte das decisões econômicas mundiais.

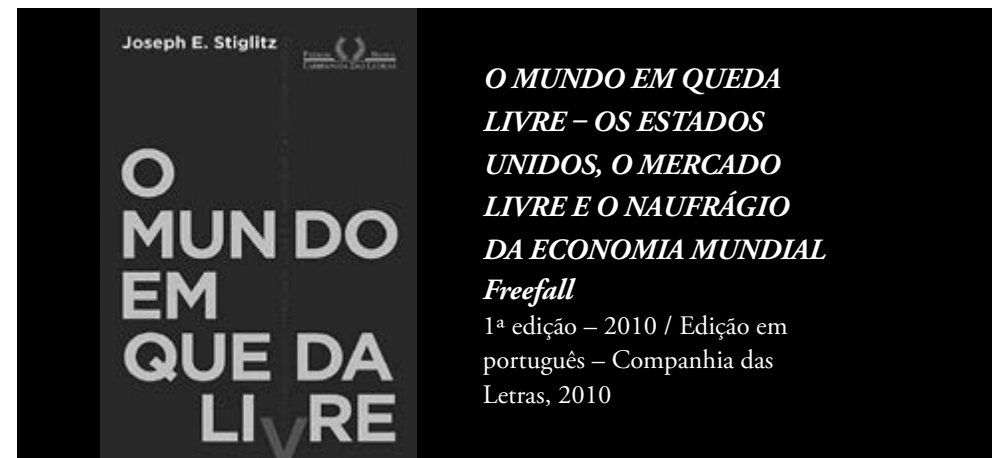
“A questão não é igualdade, mas sim extrema desigualdade. Muitas das desigualdades extremas são criadas por leis ineficazes, que têm um grande papel na criação da desigualdade. Somando-se a isso, temos investimentos inadequados em educação, continuamos a discriminar, a enfraquecer os sindicatos, em particular, nos Estados Unidos. Portanto, o que vemos é uma série de políticas que têm ajudado os que estão no topo, mas ferido a base da pirâmide.”

“Não estou defendendo a eliminação da desigualdade. Mas o extremo a que chegamos é muito ruim. Em particular, a forma como ela é produzida. Poderíamos ter uma sociedade mais igual e uma economia mais eficiente, mais estável, com maior crescimento. É essa, realmente, a questão. Mesmo se você não tiver quaisquer valores morais e quiser apenas maximizar o crescimento do PIB, esse nível de desigualdade será danoso. Não se trata apenas de injustiça. A questão é que estamos pagando um preço alto. A história que nos contaram é que a desigualdade era boa para nossa economia. Eu estou contando uma história diferente, que esse nível de desigualdade é ruim para nossa economia.”

“Diminuir o campo de ação das nossas democracias é exatamente o que as elites do topo desejavam: podemos ter ainda uma democracia de ‘um voto, uma pessoa’, mas passamos a viver numa democracia que na prática está mais em consonância com o sistema ‘um dólar, um voto.’”

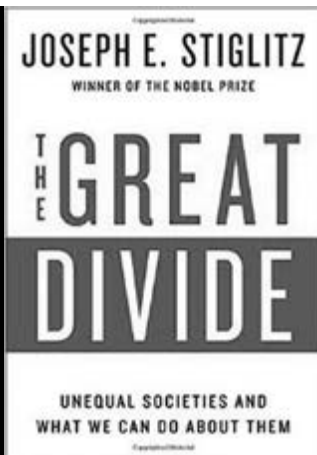
“Tal como os médicos da Idade Média que acreditavam na sangria, e que quando o doente não melhorava argumentavam que o que ele realmente precisava era de mais uma rodada, os sangradores da economia do século XXI nem sequer hesitam. Exigirão ainda mais austeridade, e encontrarão uma miríade de desculpas para justificar os motivos por que a primeira dose não funcionou como estava previsto. Entretanto, o desemprego aumentará, os salários baixarão e os programas governamentais, de que as classes médias e baixas dependiam, definharão.”

“Ele (Banco dos BRICS) reflete uma mudança fundamental no poder econômico e político global, e a ideia por trás disso é que os BRICS são hoje mais ricos que eram os países desenvolvidos quando o Banco Mundial e o FMI foram fundados. Vivemos em um mundo diferente, mas as velhas instituições não acompanharam as mudanças. O G-20 concordou com uma mudança na governança do FMI e do Banco Mundial, criados em 1944. Houve algumas revisões, mas o Congresso dos EUA recusa-se a implementar esse acordo. Estas instituições não foram capazes de acompanhar a noção básica de que, no século XXI, seus líderes deveriam ser escolhidos na base do mérito – não apenas por serem norte-americanos. Na prática, os EUA negaram o novo acordo. Por isso, essa nova instituição expressa a assimetria e o déficit democrático na governança global – e tenta repensá-la.”



***O MUNDO EM QUEDA
LIVRE – OS ESTADOS
UNIDOS, O MERCADO
LIVRE E O NAUFRÁGIO
DA ECONOMIA MUNDIAL***
Freefall
1ª edição – 2010 / Edição em
português – Companhia das
Letras, 2010

Neste livro, o economista Joseph Stiglitz faz uma análise sobre a crise econômica que assolou os Estados Unidos em 2008 e afetou a economia global.



***THE GREAT DIVIDE:
UNEQUAL SOCIETIES
AND WHAT WE CAN
DO ABOUT THEM***

1ª edição – 2015 / Sem
edição em português

O autor amplia o diagnóstico oferecido em *O preço da desigualdade* e sugere maneiras de combater o crescente problema no continente americano. Stiglitz sustenta que a desigualdade é uma escolha – o resultado acumulado de políticas injustas e prioridades equivocadas.



***GLOBALIZATION AND
ITS DISCONTENTS***

1ª edição – 2002 /

Sem edição em português

Este livro fornece um vislumbre raro do que acontece atrás das portas fechadas das instituições financeiras globais. Logo após o lançamento, tornou-se um marco no debate sobre a globalização. Particularmente preocupado com a situação dos países em desenvolvimento, Stiglitz se tornou cada vez mais desiludido quando viu o Fundo Monetário Internacional e outras instituições importantes colocarem os interesses de Wall Street e da comunidade financeira à frente das nações mais pobres.

► NA WEB



***CREATING A
LEARNING SOCIETY:
A NEW APPROACH
TO GROWTH,
DEVELOPMENT, AND
SOCIAL PROGRESS***
Com Bruce C. Greenwald
1ª edição – 2014 / Sem
edição em português

Para entender como os países crescem e se desenvolvem, é essencial saber como eles aprendem e como se tornam produtivos, além de analisar como o governo pode promover esse aprendizado. Neste livro, os autores explicam por que a produção de conhecimento se difere daquela de outros bens e por que as economias de mercado isoladas geralmente não produzem e transmitem conhecimento de forma eficiente.

SITE OFICIAL

<http://www.josephstiglitz.com/>

TWITTER

@josephstiglitz

WIKIPEDIA

http://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Stiglitz

ENTREVISTAS

Stiglitz aposta no Banco dos BRICS

Entrevista para a revista *Carta Capital*, publicada em julho de 2014

<http://is.gd/Stiglitz1>

(<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/stiglitz-aposta-no-banco-dos-brics-2303.html>)

Nobel de Economia culpa “políticos e governos” por desigualdades

Entrevista para o jornal *O Globo*, publicada em janeiro de 2013

<http://is.gd/Stiglitz2>

(<http://oglobo.globo.com/economia/nobel-de-economia-culpa-politicos-governos-por-desigualdades-7402454>)

Desigualdade é raiz da crise, diz Stiglitz

Entrevista para o jornal *Valor Econômico*, publicada em agosto de 2012 e reproduzida no site do IHU

<http://is.gd/Stiglitz3>

(<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512298-desigualdade-e-raiz-da-crise-diz-stiglitz>)

“O capitalismo sem controle é perigoso”

Entrevista para a revista *Época*, publicada em dezembro de 2010

<http://is.gd/Stiglitz4>

(<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EM1196776-15259,00.html>)

VÍDEOS E LINKS

The great divide

Leitura e debate no lançamento do livro *The great divide*, de Joseph Stiglitz. Vídeo publicado em abril de 2015 (em inglês)

<http://is.gd/Stiglitz5>

(<https://www.youtube.com/watch?v=NOKFmbkSr30>)

The economy of income inequality

Entrevista em vídeo para o canal *Finance* do Yahoo, publicada em abril de 2015 (em inglês)

<http://is.gd/Stiglitz6>

(<http://finance.yahoo.com/video/nobel-prize-winner-stiglitz-inequality-164640445.html>)

Lindau Nobel Laureate Meetings

Conferência de Joseph Stiglitz no Lindau Nobel Laureate

Meetings, em dezembro de 2014

<http://is.gd/Stiglitz7>

(<https://www.youtube.com/watch?v=b7wIw1VNjSk>)

China já é maior economia do mundo, diz Stiglitz

Matéria da revista *Exame*, publicada em dezembro de 2014

<http://is.gd/Stiglitz8>

(<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/china-ja-e-maior-economia-do-mundo-diz-stiglitz>)

Brasil terá de reduzir juros bancários, diz Stiglitz

Matéria da revista *Exame*, publicada em dezembro de 2013

<http://is.gd/Stiglitz9>

(<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-tera-de-reduzir-juros-bancarios-diz-stiglitz>)

Revista Exame

Matérias sobre Joseph Stiglitz na revista *Exame*

<http://is.gd/Stiglitz10>

(<http://exame.abril.com.br/topicos/joseph-stiglitz>)

The Guardian

Textos de Joseph Stiglitz no jornal *The Guardian*

<http://is.gd/Stiglitz11>

(<http://www.theguardian.com/profile/josephstiglitz>)

Vanity Fair

Colaborações de Stiglitz para a revista *Vanity Fair*

<http://is.gd/Stiglitz12>

(<http://www.vanityfair.com/contributor/joseph-e-stiglitz>)

Project Syndicate

Colunas de Joseph Stiglitz no *site* do Project Syndicate

<http://is.gd/Stiglitz13>

(<http://www.project-syndicate.org/columnist/joseph-e--stiglitz>)

AS POLÍTICAS DA ESTUPIDEZ ECONÔMICA

POR JOSEPH STIGLITZ

Artigo traduzido pelo *Fronteiras do Pensamento*, publicado originalmente no *site* do Project Syndicate, em janeiro de 2015. <http://www.project-syndicate.org/commentary/politics-of-economic-stupidity-by-joseph-e--stiglitz-2015-01>

Em 2014, a economia mundial se manteve estagnada no mesmo padrão desde que começou a sair da crise financeira global de 2008. Apesar de ações governamentais aparentemente fortes realizadas na Europa e nos Estados Unidos, ambas as economias sofreram retrações profundas e prolongadas. A distância entre onde elas estão e onde provavelmente estariam se a crise não tivesse surgido é imensa. Na Europa, essa distância aumentou ao longo do ano.

Países em desenvolvimento se saíram melhor, mas, mesmo nesses casos, as notícias não foram boas. As mais bem-sucedidas dessas economias, tendo o crescimento baseado em exportações, continuaram se expandindo no rastro da

crise financeira, apesar das dificuldades em seus mercados de exportação. No entanto, o desempenho delas também começou a diminuir significativamente em 2014.

Em 1992, Bill Clinton baseou sua bem-sucedida campanha à Presidência americana em um *slogan* simples: “É a economia, estúpido”. Pela perspectiva de hoje, a situação da época não parece tão má. Atualmente, a renda familiar típica dos Estados Unidos está menor. Mas podemos nos inspirar nos esforços de Clinton. O mal-estar que aflige a economia global atual pode ser melhor refletido em dois *slogans* simples: “É a política, estúpido” e “Demanda, demanda, demanda”.

A estagnação quase global testemunhada em 2014 é produzida pelo homem. É resultado de políticas e estratégias em diversas grandes economias – políticas e estratégias que detiveram a demanda. Na ausência de demanda, investimentos e empregos não se materializam. Simples assim.

Em nenhum outro lugar isso fica mais claro do que na zona euro, que adotou oficialmente uma política de austeridade – cortes nos gastos governamentais que ampliam as fraquezas nos gastos privados. A estrutura da zona euro tem parte da culpa pelo ajuste restritivo ao choque gerado pela crise. Na ausência de uma associação bancária, não foi surpresa que o dinheiro tenha saído dos países mais atin-

gidos, enfraquecendo seus sistemas financeiros e limitando empréstimos e investimentos.

No Japão, uma das três “flechas” do programa do primeiro-ministro Shinzo Abe para o renascimento da economia foi lançada na direção errada. A queda no PIB que seguiu o aumento da taxa de consumo em abril serviu como mais uma prova em favor da economia keynesiana – como se já não houvesse suficientes.

Os EUA implantaram uma dose mínima de austeridade e se beneficiaram de melhor desempenho econômico. Mas, mesmo nos EUA, há aproximadamente 650 mil funcionários a menos no setor público do que havia antes da crise. Normalmente, o esperado seria haver dois milhões a mais. Como resultado disso, os EUA também estão sofrendo com um crescimento tão anêmico que os salários se mantêm basicamente estagnados.

Muito da desaceleração do crescimento em países emergentes e em desenvolvimento reflete a desaceleração da China. A China é hoje a maior economia do mundo (em termos de paridade de poder aquisitivo), e há muito tempo tem sido a maior colaboradora do crescimento global. Porém, o notável sucesso chinês deu origem a seus próprios problemas, que devem ser endereçados mais cedo ou mais tarde.

A mudança de rumo da economia chinesa de quantidade para qualidade é bem-vinda – quase necessária. E embora a luta do presidente Xi Jinping contra a corrupção possa fazer com que o crescimento da economia desacelere ainda mais, oprimindo a contratação pública, não há motivos para que Xi dê uma trégua. Pelo contrário, outras forças que prejudicam a confiança em seu governo – abundantes problemas ambientais, níveis altos e crescentes de desigualdade e fraudes no setor privado – precisam ser endereçadas com o mesmo vigor.

Em suma, o mundo não deve esperar que a China sustente a demanda agregada global em 2015. No mínimo, haverá um buraco ainda maior a ser tapado.

Enquanto isso, na Rússia, podemos esperar que as sanções ocidentais desacelerem o crescimento, com efeitos adversos sobre uma Europa já enfraquecida. (Este não é um argumento contra as sanções: o mundo precisa responder à invasão russa da Ucrânia, e os CEOs ocidentais que argumentam em contrário, com o objetivo de proteger seus investimentos, demonstraram uma perturbadora falta de princípios.)

Ao longo dos últimos seis anos, o Ocidente tem acreditado que a política monetária é capaz de ser a salvação. A crise levou a imensos déficits orçamentários e a uma dívida

crescente, e a crença é de que a necessidade de desalavancagem significa que a política fiscal deve ser posta de lado.

O problema é que taxas baixas de juros não motivarão empresas a investirem se não houver demanda por seus produtos. Taxas baixas de juros também não vão inspirar as pessoas a pegarem empréstimos para consumir se elas estiverem ansiosas em relação ao próprio futuro (o que deveriam estar). O que a política monetária pode fazer é criar bolhas de preços de ativos. Isso pode inclusive sustentar o preço das letras de câmbio governamentais na Europa, evitando assim uma crise de dívida pública. Mas é importante ser claro: a probabilidade de que políticas monetárias venham a restaurar a prosperidade global é nula.

Isso nos traz de volta às políticas e estratégias. É de demanda que o mundo mais precisa. O setor privado – mesmo com o generoso apoio das autoridades monetárias – não irá fornecê-la. Mas a política fiscal pode fazer isso. Temos uma ampla variedade de opções de investimentos públicos capazes de dar grandes retornos – muito maiores do que o verdadeiro custo do capital – que fortaleceriam os balanços financeiros dos países que os fizerem.

O grande problema enfrentado pelo mundo em 2015 não é econômico. Sabemos como fugir da difícil situação atual. O problema são nossas políticas estúpidas.

UM CONTO DE MORALIDADE GREGO

POR JOSEPH STIGLITZ

Artigo traduzido pelo *Fronteiras do Pensamento*, publicado originalmente no site do Project Syndicate, em fevereiro de 2015.

<http://www.project-syndicate.org/commentary/greece-eurozone-austerity-reform-by-joseph-e--stiglitz-2015-02>

Quando a crise do euro começou, meia década atrás, economistas keynesianos previram que a austeridade que estava sendo imposta à Grécia e aos outros países em crise iria fracassar. Que ela sufocaria o crescimento e aumentaria o desemprego – e inclusive fracassaria na diminuição da relação dívida pública/PIB. Outros – na Comissão Europeia, no Banco Central Europeu e em algumas universidades – falavam em contrações expansionistas. Mas mesmo o Fundo Monetário Internacional argumentou que as contrações, assim como os cortes nos gastos governamentais, eram apenas isso: contracionistas.

Não precisávamos de mais um teste. A austeridade fracassara repetidamente, desde seu primeiro uso sob o presidente norte-americano Herbert Hoover, que transformou o *crash* da bolsa na Grande Depressão, até os “programas”

impostos pelo FMI ao Leste Asiático e à América Latina nas últimas décadas. Ainda assim, quando a Grécia se viu com problemas, foi o que se tentou mais uma vez.

Em grande medida, a Grécia conseguiu seguir as diretrizes estabelecidas pela “troika” (a Comissão Europeia, o BCE e o FMI): converteu um déficit orçamentário primário em superávit primário. Mas a contração nos gastos do governo foi previsivelmente devastadora: 25% de desemprego, queda de 22% no PIB desde 2009 e aumento de 35% na relação dívida pública/PIB. Agora, com a extraordinária vitória do partido antiausteridade Syriza nas eleições, os eleitores da Grécia declararam que basta.

Então, o que deve ser feito? Primeiro, vamos deixar claro: a Grécia poderia ser considerada culpada por seus problemas se fosse o único país em que o remédio da troika tivesse fracassado miseravelmente. Mas a Espanha tinha um superávit e um baixo índice de dívida antes da crise e também está em depressão. O que é necessário não é tanto uma reforma estrutural na Grécia e na Espanha quanto uma reforma estrutural no projeto da zona euro e uma reformulação fundamental das estruturas de políticas que resultaram no desempenho espetacularmente ruim da união monetária.

A Grécia também nos lembrou mais uma vez do quanto o mundo precisa de um modelo de reestruturação de dívi-

das. Dívidas excessivas causaram não apenas a crise de 2008, mas também a crise do Leste Asiático nos anos 1990 e a crise latino-americana dos anos 1980. Continuam causando tremendo sofrimento nos EUA, onde milhões de proprietários de imóveis perderam suas casas e agora estão ameaçando milhões na Polônia e em outros lugares que tomaram empréstimos em francos suíços.

Levando em consideração a quantidade de problemas resultante do endividamento excessivo, podemos nos perguntar por que indivíduos e países se colocaram repetidamente nessa situação. Afinal, essas dívidas são contratos – ou seja, acordos voluntários –, de modo que os credores são tão responsáveis por elas como os devedores. Na verdade, os credores são possivelmente mais responsáveis: tipicamente, tratam-se de instituições financeiras sofisticadas, enquanto que os mutuários frequentemente têm muito menos conhecimento das vicissitudes do mercado e dos riscos associados a diferentes arranjos contratuais. De fato, sabemos que os bancos norte-americanos efetivamente se aproveitaram de seus mutuários, tirando vantagem de sua falta de sofisticação financeira.

Todo país (avançado) se deu conta de que fazer o capitalismo funcionar demanda oferecer aos indivíduos uma chance de recomeçar. As prisões de devedores do século XIX foram um fracasso – eram desumanas e não ajuda-

vam a garantir os pagamentos. O que ajudou realmente foi oferecer melhores incentivos para bons empréstimos, tornando os credores mais responsáveis pelas consequências de suas decisões.

Internacionalmente, ainda não criamos um processo adequado de oferecer aos países uma chance de recomeçar. Desde antes da crise de 2008, as Nações Unidas, com o apoio de quase todos os países emergentes e em desenvolvimento, vêm tentando criar esse modelo. Mas os EUA eram decididamente contrários. Talvez desejassem restabelecer prisões de devedores para representantes de países superendividados (neste caso, talvez haja vagas abrindo na Baía de Guantánamo).

A ideia de trazer de volta as prisões de devedores pode parecer absurda, mas segue na mesma linha das discussões atuais sobre risco moral e responsabilidade. Existe um temor de que, se a Grécia obtiver autorização de reestruturar sua dívida, acabará simplesmente se vendo em apuros novamente, assim como outros países.

Isso é pura bobagem. Alguém em sã consciência poderia acreditar que qualquer país se deixaria passar voluntariamente pelo que a Grécia passou, apenas para obter uma vantagem de seus credores? Se há um risco moral, é da parte dos fornecedores de empréstimo – especialmente no setor

privado –, que vêm sendo repetidamente afiançados. Se a Europa permitiu que essas dívidas tenham passado do setor privado para o setor público – um padrão bem estabelecido ao longo do último meio século –, é a Europa, não a Grécia, que deve enfrentar as consequências. De fato, o atual drama da Grécia, incluindo o enorme aumento do índice da dívida, é em grande medida culpa dos equivocados programas da troika impingidos a ela.

Assim, não é a reestruturação da dívida, mas sua ausência, que é “imoral”. Não há nada particularmente especial nos dilemas que a Grécia enfrenta hoje. Muitos países já estiveram na mesma posição. O que torna os problemas da Grécia mais difíceis de serem endereçados é a estrutura da zona euro: união monetária implica que seus membros não podem usar a desvalorização para resolver seus problemas, no entanto, o mínimo de solidariedade europeia que deveria acompanhar essa perda de flexibilidade estratégica simplesmente não existe.

Setenta anos atrás, no final da Segunda Guerra Mundial, os aliados reconheceram que a Alemanha deveria ter a chance de recomeçar. Eles compreenderam que a ascensão de Hitler tivera muito a ver com o desemprego (não a inflação) que resultara da imposição de mais dívidas sobre a Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial. Os aliados não levaram em conta a insensatez com que as dívidas haviam se acumulado

nem falaram sobre os custos que a Alemanha havia imposto aos outros países. Em vez disso, eles não apenas perdoaram as dívidas, mas ofereceram ajuda, e as tropas aliadas baseadas na Alemanha forneceram um maior estímulo fiscal.

Quando empresas vão à falência, uma conversão da dívida em capital é uma solução justa e eficiente. A abordagem análoga para a Grécia é converter seus títulos atuais em títulos relacionados ao PIB. Se a Grécia se sair bem, os credores receberão mais de seu dinheiro. Se não, receberão menos. Dessa maneira, os dois lados teriam um poderoso incentivo para buscar políticas em favor do crescimento.

Raramente eleições democráticas dão um recado tão claro como a da Grécia. Se a Europa disser não à exigência dos eleitores gregos por uma mudança de curso, estará dizendo que a democracia não tem importância, ao menos no que diz respeito à economia. Por que não apenas desligar a democracia, como a Terranova efetivamente fez ao entrar em concordata antes da Segunda Guerra Mundial?

É de se esperar que aqueles que entendem de economia de dívidas e austeridade e acreditam em democracia e valores humanos prevalecerão. Se isso acontecerá, ainda está para ser visto.

▶ ANOTAÇÕES

FR**NTEIRAS**
DO PENSAMENTO